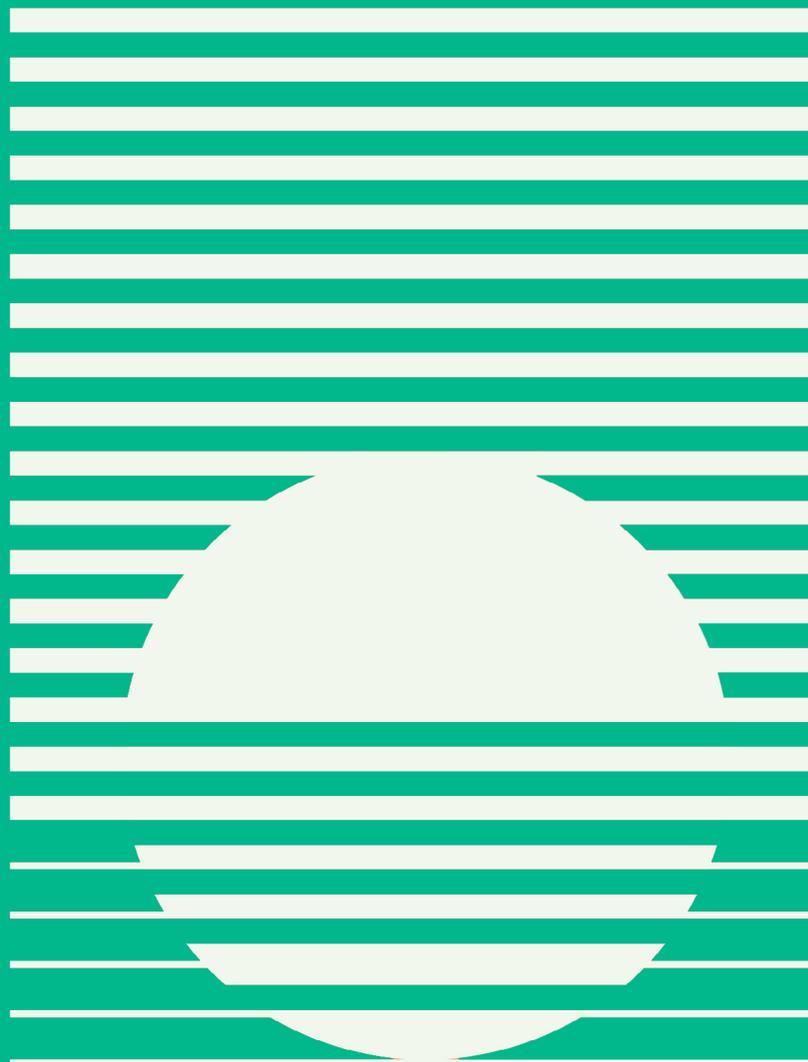


CONJUNTURA



LATITUDE
SUL

03
2017



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

Editor Adjunto: Murilo Gomes da Costa

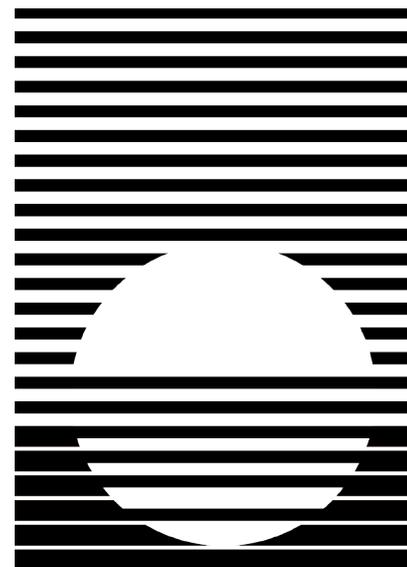
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: André Pimentel Ferreira Leão, Bruna Soares de Aguiar, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Niury Novacek Gonçalves de Faria, Taísa Rezende.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Reformas neoliberais, protestos populares e avaliação do governo de Temer
Disputa pela Camex entre Ministérios
Escândalo da carne no Brasil repercute no exterior

Página 05

Brasil na ONU: posições do governo geram polêmica
Brasil, Chile e Uruguai se preparam para retirar tropas do Haiti
OEA discute situação política na Venezuela

Página 06

Tensões fronteiriças na América do Sul
Construção do muro proposta por Trump reacende os ânimos no México

Página 07

Segundo turno das eleições presidenciais no Equador: vitória de Moreno
Congresso do Paraguai é incendiado após aprovação de reeleição presidencial

Página 08

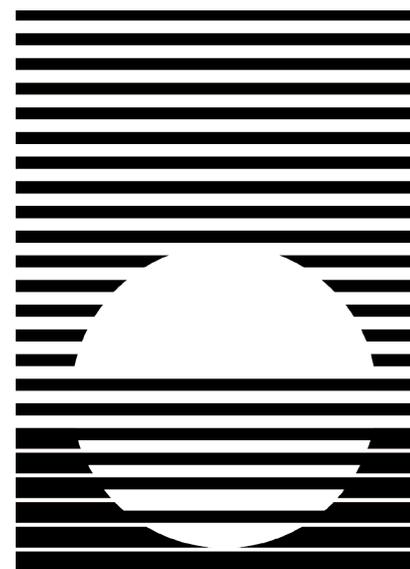
China busca acordo para evitar conflitos entre EUA e Coreia do Norte
Turquia anuncia suspensão das relações diplomáticas com os Países Baixos
Alerta mundial sobre a pior crise humanitária desde a Segunda Guerra

Página 09

Diferentes abordagens para as migrações
O silêncio da grande imprensa brasileira no Dia Internacional da Mulher

Página 10

Diferentes preocupações sobre meio ambiente nos EUA, na África do Sul e no Brasil
Solidariedade Sul-Sul na cooperação para o desenvolvimento



Reformas neoliberais, protestos populares e avaliação do governo de Temer

A Câmara dos Deputados aprovou, em 23/03, o Projeto de Lei (PL) 4.302, que altera regra anterior sobre terceirização no país. O projeto, que estava arquivado desde 1998, prevê a possibilidade de terceirização de atividades-fim e modifica a previsão atual, que permite a terceirização apenas para atividades-meio. Movimentos sindicais reagiram à proposta, considerando que gera precarização do trabalho, e convocaram protestos e mobilizações. O governo também colocou em debate a proposta de Reforma da Previdência que, entre outras medidas, aumenta os anos de contribuição e a idade mínima de aposentadoria, sob o argumento de rombo nas contas e desequilíbrio fiscal. Foram registrados protestos contra a medida em diversos estados da federação e críticas de parlamentares à Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O plenário da câmara rejeitou, ainda, em 30/03, PEC que previa o pagamento de cursos de pós-graduação lato sensu em universidades públicas. Esses fatos inserem-se em um conjunto de mudanças de orientação política do país iniciadas pelo governo de Temer e coincidem com nova pesquisa de opinião sobre o governo. Segundo dados do Ibope, a rejeição ao governo de Michel Temer atingiu nove pontos a mais do que a pesquisa de outubro de 2016, com 55% dos entrevistados classificando o governo como ruim ou péssimo. A rejeição ao governo e a aprovação dos projetos da terceirização e da reforma da previdência geraram reações na sociedade civil e no movimento sindical, com manifestações em 15 estados do país. As centrais sindicais também estudam convocar uma greve geral para o dia 28/04, como reação às medidas neoliberais do governo de Temer.

Fontes: [El País](#), 23/03/2017; [Extra](#), 27/03/2017; [Conjur](#), 28/03/2017; [Câmara Notícias](#), 29/03/2017; [G1](#), 30/03/2017; [Uol](#), 31/03/2017; [Uol](#), 31/03/2017; [IG](#), 31/03/2017.

Disputa pela Camex entre Ministérios

A imprensa brasileira repercutiu, no mês de março, uma disputa entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) pela Câmara de Comércio Exterior (Camex). No dia 06 de março, foi publicado um decreto que transferia ao MDIC o comando da secretaria-executiva da Camex, pertencente ao MRE desde a nomeação de José Serra como chan-

celer. De acordo com os jornais consultados, a transferência da Camex para o MDIC era uma demanda do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com apoio do setor produtivo e empresarial. A mudança foi realizada logo após a substituição de Serra por Aloysio Nunes, mas o novo Ministro das Relações Exteriores requisitou que a Camex retornasse para o Itamaraty e ressaltou que, no caso de restituição da Camex ao MDIC, a transição deveria ser gradual. No dia seguinte, 07 de março, um novo decreto revogou a alternância de vinculação da Camex, associando-a novamente ao MRE. Desde o início do governo de Michel Temer, essa foi a quarta modificação na estrutura burocrática da Camex, responsável pela formulação, adoção, implementação e coordenação de políticas e atividades relativas ao comércio exterior. Antes de oscilar entre o MDIC e o MRE, a Camex já esteve vinculada diretamente à Presidência da República e também à Casa Civil.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 07/03/2017; [Estadão](#), 07/03/2017; [Estadão](#), 07/03/2017.

Escândalo da carne no Brasil repercute no exterior

Em 17 de março, foi deflagrada, pela Polícia Federal do Brasil, a Operação Carne Fraca, cujo objetivo é investigar a venda ilegal de carnes por frigoríficos. A Polícia Federal afirmou existir um esquema de corrupção que adulterava o prazo de validade e a composição das carnes a serem comercializadas. Houve denúncias de que fiscais do Ministério da Agricultura estariam envolvidos no esquema e que eles receberiam propina das empresas em troca da emissão de certificados sanitários. Dentre as empresas investigadas, destacam-se a BRF e a JBS, dois dos principais frigoríficos brasileiros. Essa operação repercutiu no exterior. O México e o Chile anunciaram a suspensão da importação de carnes do Brasil até que obtivessem informações mais precisas de suas respectivas autoridades de fiscalização. A Argentina aumentou o controle sanitário sobre as carnes importadas e pediu ao governo brasileiro que encontre uma solução para o problema. O Uruguai decidiu suspender temporariamente a importação de carnes, até que a situação seja esclarecida. Na Bolívia, destacou-se que o escândalo da carne gera uma perda de mercado do Brasil na Ásia e que isso pode representar uma boa oportunidade para as exportações do setor pecuarista boliviano. As imprensas da Argentina, do Paraguai e do Uruguai ainda indagaram sobre os impactos que esse escândalo pode ter nas exportações de carne desses países e

nas negociações de um acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia (UE). Por sua vez, a China e a União Europeia estabeleceram restrições às importações de carne. Em paralelo às denúncias envolvendo a Operação Carne Fraca, a JBS, maior produtora de proteína animal do mundo, foi acusada de comprar gado criado em fazendas onde ocorreu desmatamento ilegal no sul do Pará. Os danos e violação ambiental pelo desmatamento abriram espaço para o debate sobre a necessidade de ampliar a fiscalização dessas empresas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Fontes: [The Intercept](#), 16/03/2017; [Folha de S. Paulo](#), 17/03/2017; [O Cafezinho](#), 19/03/2017; [Emol](#), 20/03/2017; [Clarín](#), 21/03/2017; [El País](#), 22/03/2017; [ElDeber](#), 22/03/2017; [El Universal](#), 22/03/2017; [Rede Brasil Atual](#), 23/03/2017; [ABC Color](#), 24/03/2017; [Terra](#), 25/03/2017; [La Nación](#), 25/03/2017.

Brasil na ONU: posições do governo geram polêmica

Em março de 2017, o Brasil foi protagonista de diversas notícias envolvendo as Nações Unidas. Primeiro, a organização internacional criticou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do então senador, hoje chanceler, Aloysio Nunes, que trata do julgamento de menores de 16 e 17 anos, classificando-a como violadora de regras internacionais assinadas pelo Brasil. Em seguida, foi anunciado que o país ficará fora do Conselho de Segurança até 2033 por não ter apresentado candidatura ao órgão, o que o Itamaraty afirmou ter sido um efeito da “maneira burocrática” com que o governo anterior, de Dilma Rousseff, tratou a questão. Para além disso, o Brasil votou contra a resolução do Conselho de Direitos Humanos que pretende monitorar os impactos das políticas fiscais sobre os direitos humanos e que critica programas de austeridade, como os que estão sendo implementados no país. Finalmente, o Brasil se absteve de uma votação sobre direitos humanos no Irã, que gerou condenações por parte de organizações não-governamentais e minorias religiosas. Posicionamento semelhante tomado durante o governo Dilma Rousseff havia sido criticado, em 2010, pelo atual chanceler Aloysio Nunes.

Fontes: [Estadão](#), 10/03/2017; [Folha de S. Paulo](#), 17/03/2017; [Folha de S. Paulo](#), 18/03/2017; [Folha de S. Paulo](#), 23/03/2017; [Estadão](#), 23/03/2017; [Estadão](#), 24/03/2017; [Folha de S. Paulo](#), 25/03/2017.

Brasil, Chile e Uruguai se preparam para retirar tropas do Haiti

No mês de março, a imprensa sul-americana divulgou que Brasil, Chile e Uruguai, países que lideram os capacetes azuis no Haiti, se preparam para a retirada de suas tropas do país. Após 13 anos de missão, eles enfrentam os desgastes e as consequências dos desastres naturais, dos escândalos sexuais e das sequelas de cólera. O fim da missão está relacionado com o término do mandato da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil, que detém o comando militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), declarou através do Ministério da Defesa que aguardará a determinação da ONU e parece relutante em considerar que a missão está concluída. Já o Uruguai não parece tão resistente a mudanças e o Chile anunciou a partida de seus quase 350 soldados do Haiti no próximo mês. A presidenta chilena, Michelle Bachelet, visitou o país no mês de março, inaugurando, no dia 28, uma escola reconstruída após o terremoto de 2010. O país, assim como o Brasil, possui diversos projetos de cooperação com o Haiti. Mesmo com a retirada das tropas do território haitiano a missão de estabilização não estará terminada, as operações do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Programa Mundial de Alimentos vão continuar presentes no país. No entanto, a decisão de retirar os militares da primeira missão de paz na América Latina liderada pelos países da região terá que ser ratificada pelos congressos nacionais.

Fontes: [RFI](#), 26/03/2017; [La Tercera](#), 27/03/2017; [Emol](#), 27/03/2017; [24horas TVN](#), 27/03/2017.

OEA discute situação política na Venezuela

O Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, convocou no dia 15 de março o Conselho Permanente da Organização para discutir a situação política na Venezuela. Entre as demandas de Almagro estão a aplicação da Carta Democrática da OEA à Venezuela, que implicaria em suspensão do país do organismo regional, o respeito ao calendário eleitoral e a libertação dos presos políticos. O representante da Venezuela na OEA, Samuel Moncada, argumentou que a convocação da reunião foi fruto de pressão política da oposição. No contexto de instabilidade e dificuldade de diálogo com a oposição, o governo de Nicolás Maduro, por meio do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), retirou no dia 29 de março os poderes da Assembleia Nacional, de maioria

oposicionista, sob o argumento de desacato do Legislativo a decisões judiciais, como a posse de deputados que haviam sido impugnados pela justiça. Os debates na OEA e a postura do TSJ provocaram repercussões na região. Paraguai e Brasil apoiaram os debates realizados na OEA e incentivaram o uso da Carta Democrática. Já Bolívia e Chile convocaram seus embaixadores na Venezuela para pedir esclarecimentos sobre a relação entre o Judiciário e o Legislativo. Após o que denominou de “auto-golpe”, Almagro convocou no dia 30 de março outra reunião de emergência e qualificou a situação como ruptura da ordem democrática. O governo venezuelano respondeu às críticas, defendendo a não-intervenção nos assuntos internos do país e criticando os descumprimentos judiciais produzidos pelo Legislativo. Após críticas na região, o governo de Maduro revogou dia 01 de abril a decisão e o TSJ devolveu as competências da Assembleia, após solicitar garantias de que as decisões judiciais serão observadas pelo órgão legislativo.

Fontes: [El País](#), 15/03; [Estadão](#), 30/03; [El País](#), 30/03; [El Universal](#), 30/03; [El Universal](#), 01/04.

Tensões fronteiriças na América do Sul

No dia 19 de março, 2 militares e 7 funcionários da Aduana Nacional da Bolívia foram presos preventivamente por policiais chilenos no posto fronteiriço Colchane-Pisiga. No Chile, argumenta-se que os detidos estavam em território chileno, a 400 metros da fronteira, fortemente armados e que planejavam o roubo de caminhões com mercadorias. Já as autoridades bolivianas afirmam que eles estavam em território nacional, combatendo o contrabando que entra na Bolívia pelo Chile. O governo boliviano enviou uma equipe jurídica para entrar com recurso de amparo aos presos nos tribunais chilenos. O governo também anunciou que denunciará o ocorrido à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por violação dos direitos de cidadãos bolivianos. A Bolívia anunciou que fortalecerá o controle na fronteira, aumentando o fornecimento de equipamentos e efetivo militar, a fim de neutralizar a atividade ilícita de contrabando. Outro incidente fronteiriço envolveu Colômbia e Venezuela. No dia 22 de março, cerca de 60 soldados venezuelanos montaram acampamento e hastearam bandeira em território colombiano, na margem sul do rio Arauca, que delimita o limite entre os países. Em meio à tensão e à mobilização de soldados colombianos para a região, Juan Manuel Santos, negociou em 24 horas a retirada dos militares do território com seu

homólogo venezuelano, Nicolás Maduro. Todavia, o incidente suscitou novas discussões sobre os limites fronteiriços entre os países, visto que a chanceler venezuelana, Delcy Rodríguez, argumentou que o leito do rio é modificado constantemente devido às alterações climáticas, interferindo nos limites. Enquanto na Venezuela a situação foi retratada como um incidente relacionado à mudança de leito, a imprensa da Colômbia interpretou a situação como uma provocação, relacionada à postura de apoio que o governo colombiano expressou na Organização dos Estados Americanos (OEA) à proposta de se buscar uma saída democrática na Venezuela, e como uma iniciativa para reavivar o nacionalismo venezuelano diante dos problemas sociais, econômicos e políticos enfrentados no país.

Fontes: [ZHClickbrs](#), 20/03/2017; [Semana](#), 22/03/2017; [Correo del Sul](#), 23/03/2017; [El Tiempo](#), 23/03/2017; [El Espectador](#), 23/03/2017; [El Nacional](#), 23/03/2017; [El Universal](#), 23/03/2017; [Semana](#), 23/03/2017; [Semana](#), 25/03/2017; [La Prensa de Barinas](#), 25/03/2017; [El Tiempo](#), 26/03/2017; [La Razón](#), 27/03/2017; [InfoDefensa](#), 29/03/2017.

Construção do muro proposta por Trump reacende os ânimos no México

Com a publicação, no dia 17 de março, das ofertas de licitação do governo estadunidense para a construção do muro na fronteira com o México, os ânimos nacionalistas reacenderam na sociedade mexicana, sobretudo depois que 60 empresas latino-americanas, dentre elas duas mexicanas (Ecovelocity e Grupo Cementos de Chihuahua), sinalizaram o interesse em participar da construção do referido muro. A chancelaria do México, que criticou no início deste mês na Organização das Nações Unidas (ONU) as políticas migratórias do presidente estadunidense Donald Trump, afirmou que o muro constitui “um ato profundamente inamistoso” e não uma oportunidade econômica, pedindo às empresas interessadas no projeto que fizessem um “exame de consciência”. A presidenta da Comissão de Relações Exteriores no Senado mexicano, Gabriela Cueva, propôs que os governos federais, estaduais e municipais proibissem a presença de empresas mexicanas que eventualmente venham a participar da construção do muro em futuras licitações públicas. A Arquidiocese Primada de México, integrante da comunidade católica no país, além de qualificar o muro como um “projeto fanático que aniquila” o bom relacionamento entre países fronteiriços, chamou de “imoral” qualquer tipo de investimento mexicano na

construção do muro e de “traidores da pátria” os empresários nacionais interessados no projeto. Na oportunidade, o deputado federal do partido governista Partido Revolucionário Institucional (PRI), Braulio Guerra, o líder do partido político de oposição Movimento de Regeneração Nacional (Morena), Andrés Manuel López Obrador, a Confederação Nacional dos Governadores (Conago), o Conselho Executivo da União de Universidades da América Latina e Caribe, o secretário geral da Conferência do Episcopado Mexicano (CEM), Alfonso Miranda Guardiola, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (Ezln) e os “Pápagos”, etnia de nativos da região fronteiriça Sonora-Arizona, manifestaram repúdio, sob as mais diversas formas, ao projeto do presidente Trump de construir um muro com quase 1.600 km de extensão separando os EUA do México.

Fontes: [Universal](#), 01/03/2017; [Universal](#), 01/03/2017; [Milenio](#), 02/03/2017; [Excelsior](#), 03/03/2017; [Excelsior](#), 04/03/2017; [Universal](#), 14/03/2017; [Universal](#), 14/03/2017; [Universal](#), 14/03/2017; [Universal](#), 17/03/2017; [Universal](#), 17/03/2017; [Universal](#), 18/03/2017; [Universal](#), 18/03/2017; [Milenio](#), 18/03/2017; [Milenio](#), 18/03/2017; [Excelsior](#), 18/03/2017; [Dinero](#), 21/03/2017; [Universal](#), 26/03/2017.

Segundo turno das eleições presidenciais no Equador: vitória de Moreno

Em março, os candidatos à presidência do Equador, Lenín Moreno, do partido oficialista Aliança País, e Guillermo Lasso, do partido de centro-direita Criando Oportunidades (CREO), consolidaram suas alianças para o segundo turno das eleições. Lasso priorizou alianças com os partidos de oposição (Partido Social Cristão, Força Equador e Partido Sociedade Patriótica), cujos líderes confirmaram apoio à sua candidatura. A frente de esquerda, composta pela Esquerda Democrática, Pachakutik e Unidade Popular se posicionou contra a candidatura de Moreno, mas o primeiro partido não apoiou Lasso, embora os outros dois tenham se manifestado a favor. O Centro Democrático, manifestou seu apoio ao candidato da Aliança País bem como o Coletivo Social Democracia que reúne diversas agrupações políticas. Em meio à construção de alianças políticas, os candidatos defenderam suas propostas. As posições são diferentes na maioria dos temas, como no que tange ao papel do Estado na economia, à administração da dívida pública e aos investimentos sociais. Mesmo com as denúncias de cor-

rupção contra Jorge Glas, candidato à vice-presidente pela Aliança País, as últimas pesquisas de opinião deram vantagem ao candidato da situação. A reta final da campanha presidencial foi marcada por episódio de agressões a Lasso no dia 28 de março quando saía do Estádio Atahualpa e pelo reforço das propostas de campanha. Lasso enfatizou a mudança no Equador, com base em princípios de democracia e liberdade. Já Moreno enfatizou sua proposta do projeto social “Toda uma Vida” que envolve políticas públicas para os cidadãos desde o seu nascimento até a terceira idade. No dia 02 de abril os equatorianos foram às urnas e fizeram sua opção. Em 03 de abril, o resultado já estava claro: Moreno foi eleito presidente com 51,16% dos votos contra 48,84% de Lasso. Lasso acusa irregularidades na eleição e acionou a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Fontes: [El Comercio](#), 02/03/2017; [El Comercio](#), 03/03/2017; [El Comercio](#), 03/03/2017; [El Comercio](#), 03/03/2017; [El Comercio](#), 04/03/2017; [El Comercio](#), 14/03/2017; [El Comercio](#), 16/03/2017; [El Comercio](#), 16/03/2017; [El Comercio](#), 21/03/2017; [El Comercio](#), 22/03/2017; [El Comercio](#), 29/03/2017; [El Comercio](#), 30/03/2017; [El Comercio](#), 30/03/2017; [El Comercio](#), 02/04/2017; [El Comercio](#), 03/04/2017.

Congresso do Paraguai é incendiado após aprovação de reeleição presidencial

Na noite de 31 de março, depois de intensa manifestação social, a tensão atingiu um nível sem precedentes nos últimos anos no Paraguai. Após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que permite a reeleição presidencial, o Salão Principal do edifício do Congresso foi invadido e incendiado por manifestantes contrários à medida. Mais de 200 pessoas foram detidas, segundo o jornal ABC Color. A aprovação da proposta teve o apoio da Frente Guasu, que votou nesta matéria ao lado do Partido Colorado, partido da situação. A decisão do parlamento despertou a fúria do Partido Liberal Radical Autêntico (Plra), que contava que Horacio Cartes, presidente do Paraguai, e Fernando Lugo, ex-presidente, estariam fora da disputa, dando como certa a vitória do Plra por ausência de concorrentes viáveis. Após ser confirmada pela Câmara dos Deputados, a emenda será submetida a um referendo nacional, no prazo de três meses, convocado pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. A Constituição vigente no Paraguai não permite a reeleição desde 1992. A oposição afirma que somente uma Assembleia Constituinte pode aprovar

a reeleição e não uma emenda do Congresso. Devido ao ocorrido, a Assembleia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que estava sendo sediada em Assunção, foi adiada.

Fontes: [ABC Color](#), 01/04/2017; [La Nación](#), 01/04/2017.

China busca acordo para evitar conflitos entre EUA e Coreia do Norte

Em 08 de fevereiro de 2017, o governo chinês propôs aos EUA e à Coreia do Norte um pacto para conter o recente aumento das tensões entre os dois países. O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, sugeriu que Pyongyang suspenda seus testes armamentísticos em troca de Washington cessar suas manobras militares na Coreia do Sul. A proposta chinesa foi apresentada após o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) ter condenado os recentes testes de mísseis norte-coreanos, os quais classificou como grave violação às resoluções das Nações Unidas. A condenação da ONU foi categoricamente rejeitada pelo governo da Coreia do Norte, que afirmou que as manobras militares conjuntas da Coreia do Sul e dos EUA estimulam o país a adotar medidas mais duras. A China, que está especialmente preocupada com a instalação do sistema estadunidense de defesa antimíssil Terminal High Altitude Area Defense (THAAD) na Coreia do Sul, vem buscando se posicionar como o principal mediador e estabilizador das tensões entre os EUA e a Coreia do Norte.

Fontes: [O Globo](#), 08/03/2017; [Estado de Minas](#), 08/03/2017; [Exame](#), 13/03/2017.

Turquia anuncia suspensão das relações diplomáticas com os Países Baixos

Em 13 de março de 2017, o governo turco anunciou a suspensão das relações diplomáticas de alto nível com os Países Baixos agravando a recente crise diplomática entre ambos os países. Os atritos acumularam-se após o governo holandês impedir dois ministros turcos de discursar em um comício para a população turca que vive em Roterdã a favor do referendo constitucional que ocorrerá na Turquia em meados de abril. A justificativa apresentada pelo governo holandês foi de que os eventos poderiam trazer riscos para a or-

dem e a segurança pública. Assim, frente às críticas e ameaças de sanções que as autoridades turcas vinham fazendo ao governo holandês, o pouso do avião do Ministro das Relações Exteriores turco, que realizaria um comício nos Países Baixos, no dia 11 de março, em favor do referendo que reforça os poderes do presidente turco, foi proibido de aterrissar e a chefe do Ministério da Família da Turquia foi expulsa dos Países Baixos. Em resposta, o embaixador holandês em Ancara, atualmente fora de seu posto, não poderá retornar à Turquia. Segundo argumentou o vice-primeiro ministro turco, Numam Kurtulmus, essa ação é baseada no princípio da reciprocidade. A crise entre a Turquia e os Países Baixos coincide com eventos políticos decisivos para ambos os países, que refletem uma tendência mundial de polarização política. Nos Países Baixos, ocorreram as eleições parlamentares no dia 15 de março, que deram a vitória ao primeiro-ministro conservador Mark Rutte. Na Turquia, será realizado em 16 de abril um referendo constitucional que poderá dar poderes expandidos ao presidente do país, tornando-o chefe de governo, com a extinção do cargo de primeiro-ministro.

Fontes: [O Globo](#), 13/03/2017; [Folha de S. Paulo](#), 13/03/2017; [Valor Econômico](#), 13/03/2017.

Alerta mundial sobre a pior crise humanitária desde a Segunda Guerra

Enquanto a crise dos refugiados continua oferecendo dados alarmantes, a Organização das Nações Unidas (ONU) chamou a atenção sobre outro desastre: a pior crise humanitária desde o final da Segunda Guerra Mundial. O subsecretário da organização fez um chamado urgente à comunidade internacional para evitar a catástrofe que atinge Iêmen, Somália, Sudão do Sul e Nigéria, países que são cenário de tensos conflitos, onde 20 milhões de pessoas sofrem de subnutrição e de fome. Completando 6 anos do início do conflito na Síria, o Alto-comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos divulgou dados preocupantes: 13,5 milhões de sírios estão em situação de risco. Também no Sudão do Sul a situação dos refugiados é crítica. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), só em março, 5 mil pessoas tentaram sair do país, fugindo da guerra e da fome, e a situação está piorando. Diante disso, as políticas restritivas dos EUA e da União Europeia (UE), caracterizadas por novas medidas para detenção e expulsão dos migrantes em situação irregular, mostram a pouca solidariedade diante da situação: nos últimos dois anos, a UE recebeu 2,6 milhões de pedidos de asilo,

porém só metade foi admitido. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) alerta sobre os riscos dessas políticas para a vida de milhões de refugiados, afetando principalmente as crianças que são mais vulneráveis à deportação, detenção, exploração, privação e negligência.

Fontes: [El País](#), 02/03/2017; [ONU](#), 09/03/2017; [El Observador](#), 11/03/2017; [ONU](#), 14/03/2017; [ONU](#), 20/03/2017; [Jornal da Angola](#), 21/03/2017.

Diferentes abordagens para as migrações

No mês de março, o presidente estadunidense, Donald Trump, deixou clara a sua posição a respeito das migrações no encontro em Washington com a chefe de governo alemã Angela Merkel ao afirmar que “migrar não é um direito, mas um privilégio”, privilégio que não será facilitado para quem visa entrar nos EUA pela fronteira mexicana, tendo em conta os avanços na proposta de ampliação do muro. Uma prisão na Califórnia tornou-se endereço de migrantes sem documentação, consequência do empenho do presidente Trump na política de deportação massiva daqueles que não possuem documentação regularizada. Também foi emitida pelo governo estadunidense uma nova lista que restringe nacionalidades de migrantes e refugiados (Irã, Líbia, Somália, Síria, Sudão e Iêmen). Em contrapartida, o México foi considerado a segunda casa dos estadunidenses que procuram descanso ou investimento. Segundo a imprensa mexicana, o país emite em média 24 mil vistos de residência por ano, enquanto do outro lado do muro latinos buscam refúgio em igrejas. Assim como os EUA, a União Europeia estuda a expulsão de estrangeiros em situação irregular, ao mesmo tempo em que se suspeita do uso político do Pacto Migratório entre o bloco europeu e a Turquia como mecanismo de negociação pelos governantes turcos. Enquanto países do centro buscam medidas para restringir o fluxo migratório, o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) revela que os países “pobres” são os que mais recebem refugiados, mostrando o tratamento e foco diverso que se dá às migrações em função da sua direção. Na América do Sul, o Equador denunciou ao Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) a xenofobia como uma das maiores violações de direitos humanos dos migrantes, enquanto no Peru uma nova lei de migração entrou em vigência, regulamentando para cada modalidade migratória um determinado período de permanência no território, em especial para indiví-

duos que desejam investir no país.

Fontes: [ONU](#), 01/03/2017, [El Comercio](#), 02/03/2017, [El País](#), 02/03/2017, [Informador](#), 04/03/2017, [Pulzo](#), 06/03/2017, [El Universo](#), 09/03/2017, [El Mercurio](#), 13/03/2017, [TeleSur](#), 17/03/2017, [El País](#), 18/03/2017, [El Universo](#), 18/03/2017, [El País](#), 19/03/2017.

O silêncio da grande imprensa brasileira no Dia Internacional da Mulher

No dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, mulheres de diversos países se uniram em uma paralisação internacional para reivindicar direitos ainda não conquistados, como equiparação de salários, fim da violência contra a mulher e descriminalização do aborto, entre outros. O movimento teve grande aderência principalmente na América do Sul, nos EUA, na Europa, no Japão e na Austrália. No Brasil, mulheres de várias cidades foram às ruas protestar, porém, não foram acompanhadas pela grande mídia. Foram principalmente as mídias alternativas que deram visibilidade ao tema, transmitindo a marcha ao vivo pelas redes sociais. Tal ausência das questões de gênero na mídia não é restrita ao Brasil, como mostra a acusação de censura do YouTube de vídeos de cantores internacionais e brasileiros que tratam sobre o empoderamento de LGBTs (sigla referente às lésbicas, gays, bissexuais e travestis). Esse silêncio na divulgação de informações invisibiliza muitas das denúncias. O caso mais grave neste 08 de março foi a morte de cerca de 40 meninas na Guatemala, que faleceram em um incêndio no abrigo de menores que moravam quando protestavam por abusos sexuais cometidos na instituição. A inação e responsabilidade do Estado foi uma das principais queixas das famílias. Enquanto isso, durante a Conferência sobre a Situação da Mulher nas Nações Unidas, a delegação estadunidense se mostrou contrária ao casamento homoafetivo. No Brasil, as declarações de Michel Temer no dia 08 de março sobre o papel das mulheres no cuidado da casa e das crianças e a afirmação do deputado Jair Bolsonaro de que “não é a imprensa ou o Supremo Tribunal Federal que vai falar o limite” no que diz respeito à sua acusação judicial de incitação ao crime de estupro e injúria, demonstram existir ainda um longo caminho a ser percorrido na luta das mulheres.

Fontes: [Nodal](#), 08/03/2017; [Agência EFE](#), 09/03/2017; [Carta Capital](#), 09/03/2017; [El Desconcierto](#), 09/03/2017; [El Periódico](#), 11/03/2017; [Folha de S. Paulo](#), 13/03/2017; [Geledés](#), 20/03/2017.

Diferentes preocupações sobre meio ambiente nos EUA, na África do Sul e no Brasil

O presidente dos EUA, Donald Trump, demonstrou, mais uma vez, menosprezo pelos esforços para combater as mudanças climáticas no mês de março, ao incentivar o uso de combustíveis fósseis, em detrimento da agenda para o clima liderada pelo ex-presidente Barack Obama. Os prejuízos ambientais que podem decorrer do uso do carvão, da concessão às grandes empresas poluidoras e da concretização das sucessivas ameaças de Trump de sair do Acordo de Paris, preocupam especialistas. Enquanto isso, na África do Sul, a corte de North Gauteng negou autorização ambiental a uma usina de carvão, por esta não ter considerado adequadamente os impactos que suas atividades terão em termos de mudanças climáticas. No Brasil, o Ministério do Meio Ambiente continua articulando-se em torno da agenda definida no Acordo de Paris.

Fontes: [Centre For Environmental Rights](#), 08/03/2017; [Ministério do Meio Ambiente](#), 14/03/2017; [Época](#), 28/03/2017; [O Globo](#), 28/03/2017.

Solidariedade Sul-Sul na cooperação para o desenvolvimento

Três iniciativas tomadas no final do mês de março de 2017 reforçam a importância da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável. No dia 26, para aliviar a crise humanitária no Peru, decorrente de enchentes e deslizamentos que já mataram mais de 75 pessoas e deixaram mais de 100 mil desabrigadas, o Paraguai enviou mais de 10 toneladas de alimentos e 1,6 tonelada de produtos de limpeza ao vizinho. Dois dias depois, em uma visita do Presidente da Câmara dos Deputados paquistanês à Ancara, o presidente da Turquia enfatizou a necessidade de avançar na cooperação bilateral “em todos os assuntos”, elevando a parceria entre os dois países a um novo patamar. Também em 28 de março, o Ministério da Agricultura da China promoveu, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e outros parceiros, o lançamento de um plano estratégico para reduzir a fome no âmbito doméstico e em outras nações em desenvolvimento. De acordo com Sui Pengmei, diretor de cooperação internacional do Ministério, a China e o PMA esperam, além de resultados locais, intensificar

a cooperação Sul-Sul e inspirar outros países emergentes com práticas para combate à fome e à pobreza.

Fontes: [ABC Color](#), 19/03/2017; [La Nación](#), 24/03/2017; [La Republica](#), 25/03/2017; [World Food Programme](#), 28/03/2017; [The Times of Islamabad](#), 29/03/2017; [Pakistan Observer](#), 29/03/2017; [Radio Pakistan](#), 29/03/2017; [China Daily Asia](#), 29/03/2017; [Prensa Latina](#), 29/03/2017.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

